

Camila Diogo de **Souza***

Universidade Federal Fluminense, Instituto de História.
Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bl. O, sala 413, São Domingos - Niterói, RJ - Brasil

Claudia **Rodrigues****

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Av. Pasteur, 458, Urca - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Marcelina das Graças de **Almeida*****

Escola de Design, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Rua Gonçalves Dias, 1434, Pça da Liberdade, Lourdes - Belo Horizonte, MG - Brasil

caumilasouza@yahoo.com - claudiarodrigues.3@hotmail.com - almeidamarcelina@gmail.com

Ainda que seja temática cada vez mais abordada nas diferentes áreas do conhecimento e setores da sociedade, nunca se falou tanto sobre a morte, os mortos e o morrer como no atual contexto pandêmico desse ano de 2020. Com distintas gradações, os diversos países, cidades e localidades vivenciam o drama da quantidade excessiva de mortes, as formas de publicização dos números e os sub-registros, seus impactos sobre o sistema funerário, o desdobramento da legislação restritiva em torno dos ritos fúnebres e seus efeitos sobre a vivência do luto. A partir da delicada e complexa questão dos registros e sub-registros, e da contabilidade do montante de mortos pela pandemia, especialmente no Brasil¹ – cujo governo federal adota uma política neoliberal de direita com postura negacionista em relação à ciência e administração da pandemia –, escolhemos o tema da gestão estatal dos mortos, para reflexão de nossos

* Doutora em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), junto à Universidade de São Paulo (USP). Professora Visitante Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pós-Doutoranda Sênior do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), com bolsa Pesquisador Visitante FAPERJ. CV: <http://lattes.cnpq.br/8163266362560871>

** Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). CV: <http://lattes.cnpq.br/9404294693649713>

*** Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Coordenadora do ASI - Arquivo de Som e Imagem, situado no Centro de Estudos em Design da Imagem da Escola de Design, UEMG. Sócia-fundadora da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). CV: <http://lattes.cnpq.br/6813138729924319>

¹ SILVA FILHO, Márcio de Castro. O negacionismo da ciência compromete o futuro do Brasil. In JORNAL DA USP, 08/10/2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/o-negacionismo-da-ciencia-compromete-o-futuro-do-brasil/>>. Acesso em 22 dez 2020; CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estud. av., São Paulo*, v. 34, n. 99, p. 209-224, Aug. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200209&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Dec. 2020. Epub July 10, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>; FONSECA, Elize Massard da. O negacionismo comprometeu a resposta do Brasil à pandemia. *Pesquisa FAPESP: Guia da Covid-19 - PESQUISA NA QUARENTENA*. Depoimento concedido à Fabrício Marques em 16 jun 2020. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/o-negacionismo-comprometeu-a-resposta-do-brasil-a-pandemia/>>. Acesso em: 22 dez. 2020.



leitores e leitoras. Mais especificamente, trata-se da abordagem das formas institucionalizadas de construção das desigualdades socioeconômicas e culturais, por meio do tratamento dos mortos, com o objetivo de auxiliar a análise e compreensão dos inevitáveis impactos dessas desigualdades acerca da gestão dos mortos em decorrência da Covid-19.

Quando a *diversidade cultural* passa a ser um dos componentes ativos na configuração das *diferenças culturais*, ela torna-se alvo de tensões sociais, de modo a contribuir para a construção das *desigualdades*, a partir do tratamento distinto de grupos sociais minoritários. Conseqüentemente, as desigualdades são acompanhadas por intolerância, violência e repressão à diversidade e às diferenças culturais. Neste sentido, o processo de gestão da morte, dos mortos e do morrer pode constituir um instrumento de legitimação e manutenção dos discursos excludentes que vitimizam e vulnerabilizam grupos minoritários, e violam o direito humano fundamental à dignidade, à vida e ao bem-estar.

O **Dossiê Temático** desse número 10 da **Revista M.** versa sobre "*Dispositivos estatais e construção social de mortos*", contém um total de cinco artigos e é organizado por Flávia Medeiros, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Márcia Lika Hattori, vinculada ao Instituto de Ciencias del Patrimonio, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas da Espanha, que elaboram um instigante texto de apresentação.

Marcia Lika Hattori, uma das organizadoras do dossiê, e Eliana Faleiros Vendramini, Professora Assistente Mestre de Graduação e professora da Pós-graduação Lato Sensu de Direito Penal, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, abrem o dossiê com o artigo *Políticas neoliberais: o desaparecimento de pessoas na burocracia dos cemitérios*. Nele, analisam os processos de desaparecimento de pessoas em cemitérios brasileiros no contexto contemporâneo, enquanto estratégia estatal que oficializa a política de descaso, omissão e violência contra grupos minoritários. O segundo artigo, *Quando o corpo se torna indigente: sobre processos de morrer à luz do Estado*, é de autoria de Andréa de Souza Lobo, docente da Universidade de Brasília e Luiza Bão Sobreira, vinculada à área da Antropologia Forense na Universidade de Coimbra. Nele, discutem a construção da identidade do corpo morto enquanto indigente, por meio da cadeia burocrática institucional das práticas dos IMLs (Instituto Médico Legal) no Brasil. A terceira contribuição, *Capital racial e a perspectiva colonial no século XXI: reflexões sobre a política de segurança pública*, de Yone Maria Gonzaga, Curso "Maestria, Gobierno e Políticas Públicas" da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil), em coautoria com Jair Da Costa Junior, Membro docente do Projeto Ciclo Permanente de Estudos e Debates sobre a Educação Básica (SIEX-UFMG), apresenta uma discussão histórica sobre as bases raciais de classificações dos grupos sociais enquanto instrumentos de justificativa de exclusão à morte e de configuração de políticas públicas estatais em relação a determinados segmentos sociais. Janaína de Almeida Teles, professora de História do Brasil do curso de Graduação em História da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e professora do Curso de Especialização "Direitos Humanos e Lutas Sociais" do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), é autora do quarto artigo, *Eliminar "sem deixar vestígios": a distensão política e o desaparecimento forçado no*

Brasil, no qual apresenta um balanço crítico sobre o aparato repressivo de desaparecimento forçado nos últimos trinta anos, desde a redemocratização no Brasil enquanto legado da Ditadura Militar. Luan Carpes Barros Cassal, doutor em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense e doutorando em Educação pela University of Manchester, Inglaterra, encerra o dossiê com o artigo *O menino morto com um sorriso sem dentes: narrativas de assassinatos de adolescentes por LGBTfobia no Brasil*, refletindo sobre as narrativas dos assassinatos de adolescentes, engendradas pelos discursos fóbicos aos grupos LGBT no Brasil.

A seção **Artigos Livres** deste número é composta por três textos. O primeiro, *“Em tão perigosa viagem”: carta de um suposto suicida português, século XVIII*, é da coautoria de Fernando Ripe, vinculado ao Centro de Estudos e Investigações em História da Educação do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Mauro Dillmann, Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Nesse artigo, os autores desenvolvem uma reflexão sobre as visões católicas em torno do suicídio em Portugal, no século XVIII. Exploram as potencialidades de uma fonte inédita para uma compreensão das práticas em relação aos mortos e à morte fundamentadas em parâmetros religiosos, morais, filosóficos e científicos. No segundo artigo da seção, *Completed life pill: incompatibilidade teórica em relação à boa morte e impactos associados*, Luciana Dadalto, professora da Escola de Direito do Centro Universitário Newton Paiva, Camila Fagundes Lima Monteze Caneschi e Gabriel Anselmo Frota, vinculados, respectivamente, às faculdades de Direito e de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, debatem questões sobre eutanásia e suicídio assistido, suas consequências e abordagens nos campos do Direito, da Medicina, Sociologia e Filosofia. Os autores apresentam a discussão iniciada na Holanda sobre o termo *completed life* e a criação da *completed life pill*, e seus nexos com a eutanásia e o suicídio assistido. No texto, discutem os conceitos de “boa morte”, morte assistida e *completed life*, contrapondo a proposta de disponibilização do fármaco letal ao conceito de “boa morte”. O artigo que finaliza a seção, de autoria de Lucas Faial Soneghet, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é intitulado *Fazendo o melhor da vida na morte: arranjos de Cuidado, Qualidade de Vida e Cuidados Paliativos*. O texto analisa o processo de construção do que é denominado “qualidade de vida”, a partir da observação dos arranjos de cuidado de uma equipe de atendimento domiciliar da rede pública do município do Rio de Janeiro a três enfermos em processo de morrer. Nesse estudo são identificadas as desigualdades sociais e econômicas que atravessam os cuidados paliativos nas práticas da equipe investigada.

A Seção **Em Campo** apresenta o artigo de João Camilo Grazziotin Portal, vinculado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulado *Ensinar história a partir do esquecimento: um estudo de caso de educação patrimonial no Cemitério da Santa Casa, Porto Alegre/RS*. Nele, o autor reflete sobre as potencialidades do ensino e do aprendizado de História, a partir das diferentes manifestações estéticas e das distinções sociais presentes no espaço cemiterial de Porto Alegre, no Brasil.

Finaliza esse número a resenha, *Uma nova perspectiva para o Livro de Cabeceira*,



elaborada por Patricia Reis Moreira Sales, arquivista da Universidade Federal da Bahia. Em sua análise do filme "Livro de Cabeceira", de 1996, com direção de Peter Greenaway, ela dialoga com o tema do presente dossiê, ao questionar as possibilidades de aceitação da pele humana como suporte para informação documental.

Para encerrar, enfatizamos um dos objetivos do presente dossiê temático: a demonstração de que os estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, sob diferentes olhares, abordagens e perspectivas contribuem de maneira efetiva para o entendimento da construção de desigualdades, e das políticas governamentais que as legitimam e institucionalizam. Abordar temas e pesquisas particularmente no panorama mundial da pandemia da Covid-19 e, sobretudo, no contexto sociopolítico brasileiro, resulta no anseio de minimizar tais desigualdades, a fim de respeitar a diversidade e as diferenças culturais, de modo a aplicar os direitos essenciais dos indivíduos de forma mais igualitária e justa a todos os grupos sociais.

